

## RAÍZES LOCAIS DO ATRASO INDUSTRIAL DE ARARANGUÁ

**Sérgio Giovani Maciel**

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

sergiomaciel@brturbo.com.br

**Resumo:** Desde os primeiros anos de seu surgimento, o município de Araranguá teve como base econômica a agricultura, mais tarde sendo fortalecida pelo comércio. Habitada inicialmente pelos índios Xokleng e Carijós, o município localizado no extremo sul catarinense veio a ser colonizado mais tarde por açorianos e imigrantes europeus, principalmente italianos. A análise da formação econômica de Araranguá mostra uma cidade que foi sendo construída ao longo dos anos com ênfase na pequena propriedade rural e nos pequenos estabelecimentos comerciais, sendo que sua produção foi direcionada basicamente para sua própria *hinterland*, não havendo ao longo dos tempos, uma articulação comercial com outras regiões. Com tecnologia rudimentar e manufaturas praticamente artesanais, o município não se fortaleceu em termos industriais, tendo hoje um fraco desempenho neste setor. A busca pelas raízes locais deste fraco desempenho é o objetivo deste trabalho. Para analisar a formação e a história econômica do município foi necessário percorrer todas as décadas, verificar os movimentos ocorridos, as atividades existentes nos períodos e acompanhar as economias catarinense e nacional para se chegar à percepção de que três fatores foram determinantes para o estabelecimento das atuais características industriais do município: a acumulação de capital se deu de forma muito lenta e muito baixa e implicou no não desdobramento da acumulação; a falta de articulação comercial do capital local com outros mercados mais distantes, deixando Araranguá ligada economicamente apenas à sua *hinterland*; a falta de comando de um setor ou de um empreendimento forte, que pudesse gerar outros estabelecimentos industriais ou de serviços. Estes três fatores, a partir da análise realizada, explicam o fraco desempenho industrial do município de Araranguá.

**Palavras chaves:** Araranguá, acumulação, comando.

## 1. As cidades, a cidade

Não há muitos escritos a respeito da economia araranguaense. A produção de artigos, pesquisas, opiniões, debates e análises a respeito deste tema é bastante reduzida. A própria literatura sobre a história do município trata os aspectos econômicos com extrema discrição. As fontes de informação existentes vêm de órgãos e documentos oficiais e são simplesmente informações estatísticas que necessitam de uma análise econômica e política mais consistente. As atividades econômicas do município não foram até o momento devidamente analisadas.

Ao escrever sobre este tema, delicado do ponto de vista histórico, praticamente inédito do ponto de vista econômico, há que se perguntar então: que características podem determinar o fato de uma cidade ter um fraco desempenho industrial? É possível isolar este “fraco desempenho” da cidade dos aspectos de sua região, do seu Estado, do país? E o que é exatamente ser uma cidade desenvolvida em termos industriais?

Fernand Braudel (1998, p.145) vê as cidades como transformadores elétricos: “aumentam as tensões, precipitam as trocas, caldeiam constantemente a vida dos homens...”. Para ele, a cidade é corte, ruptura e destino do mundo, pois quando surgem as cidades modernas, surge o que chamamos de história. A nova Europa é resultado das cidades novas surgidas depois do século XI. Todos os grandes movimentos e momentos de crescimento se dão através de grandes explosões urbanas. Foi assim com as grandes cidades da Europa, com as principais cidades da América, e não seria diferente no Brasil. Grandes transformações ao longo da história vêm anexadas a grandes movimentos urbanos, seja de imigração, migração, aglomerações urbanas imediatas. O questionamento que se faz é o mesmo que Braudel (1998, p. 146) analisa em ‘Civilização Material, Economia e Capitalismo’: “(...) serão as cidades a causa, a origem do crescimento? A cidade tanto cria a expansão como é criada por ela”. A cidade cresce onde os indivíduos investem, constroem, ampliam, expandem suas atividades. Ao mesmo tempo em que o investimento, a construção, a ampliação e a expansão estão sempre sendo fixadas em locais com perspectivas de crescimento e desenvolvimento. É o que Georges Gurvitch (1982, p.73) denominou de ‘reciprocidade das perspectivas’. Onde quer que se situe uma cidade, ela implica sempre em um certo número de realidades e processos. Não há cidade sem divisão do trabalho e não há divisão do trabalho um pouco avançada sem a intervenção da cidade. Da mesma forma, pode-se afirmar que não há cidades sem mercado e não há economia nacional ou regional sem as cidades. E por fim, nunca uma cidade existirá sem o acompanhamento de outras cidades.

De acordo com Ana Fani Carlos (1992, p.56), “existem condições históricas específicas que explicam o surgimento da cidade e suas diferenciações espaciais”. Esta definição afasta a idéia de que a cidade surge simplesmente a partir da “vila”, a partir do aumento da população, da extensão do sítio ou do aumento de sua densidade. Ela nos remete à idéia de que as formas que a cidade assume ganham dinamismo ao longo da história.

A cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas. (...) É necessário considerar que a cidade só pode ser pensada na sua articulação com a sociedade global, levando-se em conta a organização política, e a estrutura do poder da sociedade, a natureza e repartição das atividades econômicas, as classes sociais. (FANI, 1992, p.56-57)

Na Idade Média, por exemplo, as propriedades feudais quase que absolutamente auto-suficientes, começaram a se integrar na medida em que começam a ganhar importância as feiras comerciais, embriões das futuras cidades comerciais. Para Ana Fani (1992, p.61), pode-se vincular a existência da cidade a pelo menos seis elementos: a divisão do trabalho; a divisão da sociedade em classes; a acumulação tecnológica; a produção do excedente agrícola decorrente da evolução tecnológica; os sistemas de comunicação; certa concentração espacial das atividades não-agrícolas.

Aos nossos olhos, a cidade aparece como uma aglomeração. É essencialmente o lócus da produção, concentração dos meios de produção, de mão-de-obra, do capital, mas é também concentração de população e bens de consumo coletivo. Aglomeração e concentração são duas características constantemente vinculadas à idéia de cidade.

Ao escrever especificamente sobre a urbanização brasileira, que chamou de caótica, Darcy Ribeiro (1995) relata:

Assinalamos que o Brasil, surgindo embora pela via evolutiva da atualização histórica, nasceu já como uma civilização urbana. Vale dizer, separada em conteúdos rurais e citadinos, com funções diferentes, mas complementares e comandadas por grupos eruditos da cidade. (RIBEIRO, 1995, p.193).

Darcy Ribeiro faz esta alusão ao fato de que não houve um planejamento para a urbanização brasileira. Ela ocorreu em consequência de outros fatores, como por exemplo, a crise de desemprego ocorrida na Europa no final do século XIX, que fez com que desembarcassem no Brasil 7 milhões de europeus, principalmente em São Paulo, onde

renovaram a vida econômica local. Foram eles que promoveram o primeiro surto de industrialização, que mais tarde se expandiria com a industrialização substitutiva de importações.

Neste sentido, pode-se perceber que as cidades cresceram rapidamente no país, tornando-se grandes centros de vida urbana e de manifestações sociais, culturais e centro da atividade econômica. Mesmo tendo uma economia voltada para o modelo agrário-exportador, que coloca os espaços rurais em foco, o Brasil sempre foi coordenado por setores e grupos urbanos, o que é bastante natural, pois, ao olhar para as diversas regiões do país, pode-se perceber que os grandes motores econômicos do Brasil são justamente aqueles onde as áreas urbanas se desenvolveram mais rapidamente nos aspectos educacionais, tecnológicos e industriais. São Paulo é obviamente o maior exemplo disto, pois é o centro da atividade econômica do país, concentrando as maiores indústrias, as maiores universidades, os maiores centros de pesquisa.

Nesta mesma lógica, é impossível refletir sobre o surgimento e organização das cidades sem levar em conta os escritos de Marx (1983):

A maior divisão entre o trabalho material e o intelectual é a separação entre a cidade e o campo. A oposição entre a cidade e o campo começa com a transposição da barbárie à civilização, da organização tribal ao Estado, da localidade à nação, e persiste através de toda a história da civilização até nossos dias. Com a cidade aparece, simultaneamente, a necessidade de administração, de polícia, de impostos, etc, em uma palavra, a necessidade da organização comunal e, portanto, da política em geral. (MARX, 1983, p. 214)

Por falta de conhecimento ou por heranças culturais que ensinaram aos países da periferia que a função econômica dos mesmos é a de produzir bens primários, ainda hoje, em pleno século XXI, ouvimos a velha frase apregoada por velhos caciques da política: “quando a agricultura vai bem, a cidade vai bem”. Ledo engano os que afirmam tal impropério. Talvez esta afirmação caiba em um município pequeno, onde a dependência do setor seja extremamente elevada. Mas a riqueza só é gerada em uma nação onde a aglomeração urbana é densa, produtiva, abastecendo de mão de obra as indústrias e serviços dela resultantes. Aí, sim, é gerada a maior parte da riqueza de um país.

Paul Baran (1936) vai além desta análise, partindo para a afirmação que esta forma de pensar é condição para a divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos:

Constitui fenômeno típico das economias atrasadas, se não é uma das características definidoras, o fato de a maioria de sua população depender da agricultura. Esta, em consequência, contribui com a maior parcela para a formação da renda de tais economias. Embora a proporção possa diferir de país para país, em quase todas as partes parcela considerável da produção agrícola é obtida pelos camponeses, que têm seu padrão de consumo ao nível de subsistência, os quais, por sua vez, constituem a maioria da população agrícola do país. (BARAN, 1936, p.154)

Para Baran (1936), o crescimento (ou desenvolvimento) é o aumento através do tempo da produção *per capita* de bens materiais e é resultante de um ou mais dos seguintes processos: a incorporação ao processo produtivo de recursos (humanos e materiais) até então ociosos; o aumento da produtividade do trabalho através de medidas organizacionais ou institucionais; o aumento obtido através do progresso técnico.

### 1.1 Os primeiros anos de Araranguá

Hoje com 62.000 habitantes (IBGE), a cidade foi colonizada inicialmente por imigrantes açorianos, que desceram pelo litoral catarinense e se estabeleceram nesta região. Mais tarde somaram-se a estes outros imigrantes, em geral italianos e negros, além dos descendentes de índios que aqui já viviam.

Os relatos históricos contam que os primeiros habitantes destas terras teriam sido os índios das tribos Carijó e Xokleng. Já em 1533, Martim Afonso de Souza, em expedição de reconhecimento pelos mares do sul, teria encontrado carijós no litoral de Santa Catarina. Sabe-se ainda que o domínio português causou diversas crueldades aos indígenas, e aqui não foi diferente. Os escravagistas foram aos poucos e de maneira violenta, expulsando os silvícolas das praias e assim, os portugueses puderam ocupar a costa marítima. A exemplo do que ocorreu em todo o Brasil, em Santa Catarina a realidade não foi menos cruel. Os índios foram arrancados de seu meio e levados para trabalhos forçados em outras regiões.

Com a imigração européia, iniciada em meados do século dezanove, grande parte destas terras, que já haviam sido doadas a donatários, era entregue – com índios e tudo, os que restavam – para iniciar a colonização. Vieram os enfrentamentos pela disputa de espaço e são narrados episódios em nossa região, que demonstram que os índios foram forçados a lutar pela sua preservação contra os colonos que aqui estavam se fixando.

Historicamente, o povoamento propriamente dito da bacia do Rio Araranguá teve início em meados do século XVIII. Inicialmente, houve um grande movimento de tropas nesta região, em virtude principalmente do “caminho das mulas”, alcunha atribuída em função da região ter sido o caminho principal para os animais desta espécie que eram criados na região

de Vacaria, no Rio grande do Sul, e que eram transportados para a região sudeste para serem utilizados no transporte de ouro e pedras preciosas nas Minas Gerais.

Por estar estabelecida bem no meio do caminho dos tropeiros que buscavam comercializar o gado e realizar trocas comerciais, o local foi identificado como o lugar ideal para que nela se abrisse a estrada dos Conventos, um caminho que iria do litoral até a serra para no planalto alcançar Lages, seguir até Curitiba e chegar a Sorocaba, em São Paulo. O vasto território era de grande fertilidade agrícola, promissor para a engorda de gado e ideal para a produção de gêneros coloniais.

Entre essa faixa litorânea povoada e o planalto existia um sertão de uns 40 quilômetros, que podia ser avaliado a olho nu, desde os aparados. Tropeiros de serra acima passaram a explorar essa área, abrindo picadas a facção pelas encostas abaixo, visando alcançar essa colônia produtora dos gêneros não encontrados nas suas zonas frias do planalto (SAVI, 1992, p. 34).

A abertura deste caminho, denominado “Caminho dos Conventos”, é considerado pelos historiadores como o marco inicial do povoamento da fronteira sul catarinense. Dez anos depois chegam a Santa Catarina cerca de 5000 famílias açorianas, com o intuito de habitar o litoral do estado. Algumas delas viriam a fixar residência no Vale do Araranguá. (HOBOLD, 2005)

Mais tarde, com o declínio do tráfego tão numeroso das tropas muares e já com outros habitantes aqui residindo, as atividades da região voltaram-se para a exploração da madeira, agricultura e pecuária. Surgia então, com a fixação de numerosas famílias desenvolvendo estas atividades, a freguesia de Nossa Senhora Mãe dos Homens.

Araranguá, ao emancipar-se, herdou de Laguna uma enorme faixa de terras, que compreendia o espaço entre os rios Urussanga e Mampituba, este na divisa com o Rio Grande do Sul. Na faixa litorânea, entre fins do século XVIII e início do século XIX, a área sul de Laguna, onde se estabeleceria Araranguá, parecia propícia para a plantação de cana-de-açúcar, e grandes áreas de terras serviram para semear a cultura mais importante daquele período.

Em Araranguá, no pequeno espaço quilométrico, compreendido entre Cangicas e Forquilha, estavam implantados nada menos que 72 engenhos, e quase número idêntico de alambiques. Eram produzidos o açúcar grosso, tipo bruto ou mascavo, e destilada a aguardente. O açúcar era acondicionado em caixas de madeira e a cachaça, em pipas, ambas as embalagens produzidas na região.” (HOBOLD, 1994, p.221).

Mas aquele período de prosperidade sustentado na produção da cana-de-açúcar teve seu declínio determinado por fatores econômicos de mercado, e surgiu então o interesse por outras culturas mais promissoras, como a mandioca, ou a própria abertura de campos para a criação de gado. Mais tarde, o fim da escravidão selaria o destino das culturas que desta mão-de-obra se serviam em larga escala. “[...] A cultura da preciosa gramínea mergulhou então no abandono por completo, a ponto de esse florescente ciclo da economia rural não deixar o menor vestígio de sua existência”. (HOBOLD, 1994, p. 223).

A agricultura de Araranguá, naquele mesmo período, também produzia em grande escala a mandioca e seus derivados, como farinha de mandioca, farinha de polvilho, fécula e tapioca.

A partir da década de 1870, iniciava-se outro período que demarcaria a história da região, com foco decisivo para Araranguá: o período da imigração de descendentes europeus. Vindos principalmente de Urussanga e Criciúma, as famílias de colonos se assentariam na região para fomentar a ocupação das terras do extremo Sul, e Araranguá também teve seu ciclo de colonizadores, que buscaram meios para implementar o setor agrícola, com diversificada produção. “Atraídos por ofertas de trabalhos e terras, milhares de italianos e alemães emigraram para o Brasil. Um grande número destes, estabeleceram-se em Santa Catarina, em lugares como Urussanga, Criciúma e Azambuja”. (COLODEL, 1987, p.16).

De acordo com GOULARTI FILHO (2002),

A entrada de imigrantes em Santa Catarina no século XIX acelerou-se depois de 1875, com a política imigratória financiada pelo governo imperial, principalmente de imigrantes alemães e italianos, em menor proporção poloneses, austríacos, árabes, eslavos e espanhóis. (...) De 1872 a 1890, houve um crescimento de 77,6% no total da população catarinense, causado principalmente pelo forte incremento populacional de imigrantes”. (GOULARTI FILHO, 2002, p.72)

Com terras férteis, as famílias trataram de beneficiar os produtos, aproveitando-se de uma tecnologia rudimentar, mas bastante eficiente, com a instalação de engenhos e mecanismos que durante muito tempo, foram a base do beneficiamento dos produtos, como também da economia regional. O processamento em larga escala dos produtos viria com o surgimento das primeiras indústrias, o que somente ocorreria a partir de meados do século XX. Com sua área tão propícia ao desenvolvimento, a região, até então praticamente ocupada somente pelos índios, passou a receber colonos de outras etnias, que chegaram com o propósito de ocupar e substituir gradativamente a imensa floresta por plantios e estruturas de atividades artesanais de engenhosa elaboração. Foram centenas de famílias de imigrantes que

vieram se estabelecer num primeiro momento nos lugares onde hoje temos as dezoito cidades que se originaram de Araranguá.

As colônias européias localizadas no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina encontravam-se em situação particularmente favorável do ponto de vista da disponibilidade de alimentos, que neste tipo de economia, depende diretamente da disponibilidade de terras. A qualidade e a abundância de suas terras proporcionaram-lhe um suprimento mais que adequado de alimentos, mesmo a um nível baixo de técnica agrícola. (FURTADO, 1963, p. 165)

Com a chegada dos novos imigrantes, a província teve uma diversificação na sua economia, com o surgimento de novas atividades comerciais e artesanais, baseadas na pequena produção. Estas atividades mercantis e manufatureiras contribuíram para a geração de um determinado nível de acumulação, mas que se deu de forma pulverizada e lenta, não permitindo também o surgimento de um comando capaz de conduzir a integração comercial e produtiva.

Um outro fator deve ser levado em consideração no decorrer da história araranguense e por conseqüência, no desempenho de sua economia: ao final do século XIX, iniciava-se um período promissor para o sul catarinense: a exploração do carvão. A Bacia Carbonífera de Criciúma, como ficou conhecida nacionalmente, pertencia à época, ao território de Araranguá. “[...] A descoberta do carvão na região remonta ao século XIX, mas somente na primeira metade do século XX ele passou a ser explorado industrialmente.” (CAROLA, 2002, p.15).

O carvão era uma alternativa econômica inquestionável. Criciúma, enquanto distrito de Araranguá logo despontou com sua própria capacidade econômica e alguns anos depois iniciou um processo político que deflagrou a sua emancipação, com o desmembramento se concretizando em 1925. Com a emancipação, o município de Araranguá, que outrora se constituía como o local de centralização populacional e econômico sul catarinense, dará lugar a Criciúma, que se transforma no centro das atividades econômicas, mantendo-se até hoje, como pólo principal do sul catarinense.

Com a emancipação, Araranguá perdia boa parte de seu território e com isto, também, a arrecadação de impostos e recursos que seriam gerados como conseqüência da exploração do carvão. Criciúma crescia em seu espaço enquanto município. Com uma dinâmica que se solidificava a cada ano, sua base econômica a fez sustentar seus pilares numa diversificada economia, com formação de capitais geradores de iniciativas empresariais. Em 1927, conseqüência da franca expansão do setor carbonífero cricumense, chega a Araranguá o ramal da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina.



Após a década de 1920, vencido o impacto da fragmentação territorial que resultou no desmembramento das terras de Araranguá – toda a região de Criciúma – Araranguá segue sua predominância econômica baseada na agricultura. Araranguá constituiu-se desde o início como uma sociedade rural, com propriedades na maioria dos casos, pequenas. De acordo com Paulo Hobold, “Em suas características sociais mais amplas e mais recentes, a organização agrária do Vale do Araranguá esboça uma estrutura, a saber, a predominância de propriedades pequenas dirigidas em regimes de exploração familiar”. (HOBOLD, 1994, p. 127).

Foram estes os primeiros movimentos econômicos ocorridos no município de Araranguá, estabelecendo a estrutura inicial de sua economia e o ritmo de seu crescimento.

## 2. DA DÉCADA DE 1930 À DÉCADA DE 1960: MEIO SÉCULO DE QUASE O MESMO

A partir da década de 1930, a industrialização nacional inicia um processo de mudança no padrão de acumulação na economia brasileira. Este “deslocamento do centro dinâmico”, conforme denominou Celso Furtado, foi mais consistente nas regiões onde as forças produtivas estavam mais avançadas, o que não ocorreu de imediato no estado de Santa Catarina.

Neste período, o Brasil inicia seu processo de industrialização. A crise de 1929 abalou a indústria do café e a Revolução de 1930 modificou a política econômica, que assume um caráter mais nacionalista, com Getúlio Vargas anunciando a intenção de implantar uma “indústria de base”. Com ela, o Brasil poderia produzir insumos e equipamentos industriais, reduzindo assim sua importação e estimulando a produção nacional de bens de consumo.

Na economia catarinense, a partir de 1945, houve diversificação e ampliação da base produtiva, de acordo com Goularti Filho (2002). O movimento nacional de expansão e consolidação da indústria favoreceu os setores mais dinâmicos, como o metal-mecânico, o cerâmico, o do papel e pasta mecânica, que surgiram da pequena produção, além de ampliação dos setores têxtil e carbonífero e industrialização da agricultura.

É importante perceber que neste período, Santa Catarina não acompanhou no mesmo ritmo que outros estados. De acordo com Goularti Filho,

Em Santa Catarina, devido à baixa capacidade de acumulação (excluindo as indústrias têxteis), à desintegração econômica e à falta de aporte financeiro, o período da ampliação e diversificação do capital industrial inicia-se somente na segunda metade dos anos 40. Até então, tinham destaques apenas as indústrias madeireira, ervateira, carbonífera, de alimentos e têxtil, ou seja, setores tradicionais, com pouca capacidade de difusão tecnológica a jusante e a montante, sendo que os três primeiros estão ligados à disponibilização de recursos naturais. (GOULARTI FILHO, 2002, p.141)

Tal análise pode auxiliar na compreensão do que ocorreu em Araranguá neste mesmo período.

Com a emancipação de Criciúma, o setor com maior perspectiva – o carbonífero – estava inserido no novo município. Assim, economicamente o município de Araranguá foi constituindo-se com base na agricultura e na pequena manufatura. Tanto a agricultura como a pequena manufatura produziam basicamente para atender a população local, com exceção de alguns produtos que eram vendidos para cidades mais próximas. Segundo Hobold, (2005):

A produção de farinha de mandioca vinda das propriedades era armazenada em grandes silos situados à margem do Rio Araranguá, de onde seguia em navios a vapor até Laguna. Ainda na década de 1940, a farinha de mandioca - juntamente com outras culturas como o milho, o arroz e o feijão - preenchia números significativos da produção rural e da indústria do beneficiamento. Araranguá vendia farinha de mandioca, trigo, arroz e outros produtos. (HOBOLD, 2005, P.227)

Deve-se destacar ainda que as manufaturas existentes neste período eram pequenas e utilizavam técnicas rudimentares. Tanto que os principais produtos vendidos na *hinterland* eram produtos primários, destacando-se aí o milho, o arroz e o feijão. Quanto aos produtos que tinham algum tipo de beneficiamento, estes eram também derivados de produtos primários, como a farinha de mandioca e os produtos de origem animal, como a banha de porco e o salame. Estes produtos eram produzidos de maneira artesanal:

A técnica de funcionamento dos engenhos de farinha era bem rudimentar. A estrutura da mão de obra empregada é um dos fatores que se relaciona com esta característica de técnica rudimentar. O engenho era um bem de família e grande parte do trabalho era efetuado pela própria família do produtor, auxiliado algumas vezes por outros agricultores, que utilizando o engenho, pagavam em trabalho ou com o próprio fruto de seu cultivo. Isso significa que aquela pressão em favor de uma inovação técnica de um trabalho mecanizado, provocada pela escassez de mão de obra, não ocorreu com a farinha de mandioca, como se verificou em outros pontos do país com a produção do café e do açúcar. Ainda hoje, 1987, os engenhos continuam rudimentares. (BERTONCINI, 1987, p.36)

Tal movimento econômico pode ser facilmente identificado nas duas tabelas que se apresentam a seguir:

TABELA 1

Vendas efetuadas pela Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina – ramal Araranguá – em 1936\*

Produto	Quantidade	Unidade
Alfafa	500	Fardos
Porcos vivos	2200	Unidades
Farinha de mandioca	156176	Sacas
Farinha de milho	1635	Sacas
Arroz com casca	32800	Sacas
Arroz beneficiado	1250	Sacas
Feijão	425	Sacas
Milho	12577	Sacas
Polvilho	1074	Sacas
Banha	547258	Kilos
Carne de porco	60500	Kilos
Fumo em corda	25000	Kilos
Casca para curtume	31000	Kilos

\* Não estão incluídas nesta relação as exportações para a região serrana e para o Rio Grande do Sul.

Fonte: Jornal Campinas, 10 de outubro de 1937.

TABELA 2

Movimento de produção das fábricas de produtos suínos deste município durante a safra do mês de maio a dezembro de 1936.

Mês/produto	Banha (em kg)	Carne Salgada (em kg)	Couro salgado (em kg)
Maio	68605	29490	5800
Junho	106035	42750	10052
Julho	168857	78710	16418
Agosto	144451	53745	16398
Setembro	117681	50433	9854
Outubro	58273	18012	6016
Novembro	56696	20278	4934
Dezembro	31722	5272	1920
Total	752320	298684	71392

Total de suínos abatidos na safra de maio a dezembro de 1936: 18461.

Destes totais, toda a produção de carne salgada e couro salgado eram exportados para outras regiões.

(Fonte: Jornal Campinas, 17 de janeiro de 1937)

Estes aspectos econômicos foram bem registrados em um texto extraído do Jornal Campinas, em 01 de janeiro de 1938, onde o periódico fazia uma análise histórica e mostrava as características do município. No item relacionado à economia, trazia a seguinte descrição:

Na agricultura desenvolve-se com grande intensidade o plantio do milho, da mandioca, do feijão, da cana de açúcar, de hortaliças, etc. A lavoura do café é muito diminuta, servindo apenas para o consumo do próprio do lavrador. Possui o município cerca de 6000 a 7000 pés. Na indústria extrativa: madeiras para construção, existem minas de hulha inexploradas. Exportação: farinha de mandioca, banha, arroz, carne de porco, madeira, feijão, milho, aguardente. (Jornal Campinas, 01 de janeiro de 1938)

Nas décadas seguintes, Araranguá manteve estas mesmas características: a agricultura basicamente de subsistência e a pequena produção mercantil (HOBOLD, 1994).

Surgiram no município neste período algumas outras atividades, como a torragem de café, a produção de semente de mamonas, o algodão descaroçado, fábrica de bebidas e as primeiras lojas de destaque no comércio de armarinhos e bazar. Ainda surgem a indústria do palmito, fábrica de vassouras, e além da pesca tradicional, as primeiras indústrias de conserva de camarão. Mas todas as atividades que surgiam tinham as mesmas características: baixo nível de produção, utilização de técnicas rudimentares e ausência de integração com outros municípios.

Entre as indústrias surgidas no período percebe-se claramente a inexistência de um setor que tivesse as características necessárias para exercer a função de comando na economia local. Este comando poderia dar impulso para o surgimento de outras empresas ou de outros setores que articulados e integrados, aumentasse o ritmo e o nível de acumulação local.

Não houve neste período na economia araranguense a diversificação, ampliação e consolidação industrial ocorrida como a nível estadual, mesmo que tardia. Os produtos que moveram a economia local praticamente permaneceram os mesmos durante quase três décadas, não gerando o excedente necessário à ampliação do capital e conseqüente aumento no movimento econômico municipal.

Segundo Baran (1957), o conceito de excedente econômico é sem dúvida, algo complexo. Na tarefa de esclarecê-lo e de empregá-lo para a compreensão do processo de desenvolvimento ou crescimento econômico, definições simples ou medidas refinadas não podem substituir o esforço analítico e o julgamento racional. De acordo com Paul Baran,

Excedente econômico efetivo é a diferença entre o produto social efetivo de uma comunidade e o seu efetivo consumo. É idêntico, por conseguinte, à poupança ou acumulação e se materializa em ativo de várias espécies, que se adicionam à riqueza da sociedade durante o período que se esteja considerando: equipamentos e unidades produtivas, estoques, divisas. (BARAN, 1957, p.51)

Como haveria excedente econômico e um eventual re-investimento na produção em uma economia voltada apenas para si e para suas necessidades?

A economia municipal da época, portanto, não conseguiu gerar o solidificar uma integração com outras regiões, permanecendo voltada basicamente para sua *hinterland*. Sem um setor forte que de fato desse impulso ao crescimento, o município foi assim se comportando nas décadas de 1940 a 1960. Para o desenvolvimento e crescimento de um determinado país, região ou mesmo um município, é necessário que este excedente econômico seja investido novamente na produção e torne-se um multiplicador. Na definição de Keynes (1992), seria o índice de aumento na renda resultante de um dado aumento na quantidade de investimentos. Pelo efeito multiplicador, um aumento nos investimentos gera um aumento proporcionalmente maior na renda.

Em 1947, por exemplo, registra-se uma migração de mão de obra do município de Araranguá para outros locais: “Centenas de trabalhadores foram recrutados neste ano para os trabalhos nas minas de carvão de Criciúma e outros tantos, mais de 50, foram embora com suas famílias para trabalhar em Joinville” (Jornal Campinas, 10 de novembro de 1947).

A prova da continuidade deste ‘modelo’ está na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, publicada em 1959. Nela, o IBGE mostra as características populacionais, geográficas, sociais e econômicas de todos os municípios brasileiros. Araranguá está assim descrita com relação à economia e outros fatores:

O município assenta sua economia principalmente na agricultura. A produção industrial atingiu, no ano de 1955, o valor de Cr\$ 37.359.426,00. A produção de palmito enlatado atingiu, no mesmo ano, a quantia de 299.777 Kg, no valor de Cr\$ 4.404.261,00; conserva de camarão 154.902 Kg, no valor de Cr\$ 3.358.421,00; refrescos e refrigerantes: guaraná e sodas 214.999 litros, no valor de Cr\$ 1.000.000,00; vassouras 2.875 dúzias, no valor de Cr\$ 765.975,00; aguardente 53.800 litros, no valor de Cr\$ 538.000,00. Dos 14 estabelecimentos industriais existentes no município, 4 dedicam-se à produção de farinha de mandioca e 1 à produção de farinha de trigo. (IBGE, 1959)

Para se ter idéia, das pessoas em idade ativa – à época o IBGE considerava quem tinha 10 anos de idade ou mais – 22% estavam ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura. Os

dados do IBGE indicavam a mandioca como principal cultura agrícola, seguindo-se em importância a batata-doce, o milho, a cana-de-açúcar e o feijão. A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros ainda destacava que, em menor escala, havia o cultivo de melancia, arroz, trigo, abóbora, fumo em folha, batatinha, alfafa, aipim, alho e cebola, como culturas temporárias. Em culturas permanentes, a laranja, a uva, o abacate, a bergamota e o caqui. O valor da produção agrícola em 1957, foi de Cr\$ 152.105.185,00. No tocante à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, os principais produtos eram a areia, barro, argila, tijolos, carvão vegetal, chapéu de palha, lenha, cera de abelha, mel de abelhas silvestres, peixe fresco. Com relação a produtos transformados, ou não, de origem animal, a produção, em 1956, atingiu o valor de Cr\$ 10.444.160,00, sendo os principais produtos: banha 162.000 kg, no valor de Cr\$ 5.592.000,00; ovos 60.000 dúzias, no valor de Cr\$ 144.000,00; lingüiça 21800 kg, no valor de Cr\$ 754.000,00.

De acordo com Goularti Filho,

Em 1955, Araranguá tinha 14 estabelecimentos industriais, dos quais quatro produziam farinha de mandioca, um produzia farinha de trigo e um fabricava conserva de camarão, palmito enlatado, aguardente, refrigerante e vassouras. Sombrio contava apenas dois estabelecimentos industriais, um dedicado à fabricação de fécula e farinha de mandioca e o outro à de sapatos. (GOULARTI FILHO, 2002, p. 292)

Percebe-se que mesmo com o passar dos anos, desde o início da década de 30 ao final da década de 60, a pauta de produção araranguense não se amplia no aspecto industrial, não se diversifica e não há um setor que se transforme no grande mote ou comando da economia local. A produção fica cada vez mais baseada na agricultura com venda à *hinterland* e nas pequenas manufaturas. E as variações que existem, como fábrica de balas, fábrica de refrigerantes, fábrica de vassouras, não têm características para exercerem este comando necessário ao crescimento industrial diversificado. Nem por si só, no caso do tamanho da empresa, nem pelo setor que representam.

Outros escritos pesquisados confirmam a certeza da consolidação do município como produtor agrícola. É o caso do texto a seguir, extraído de periódico da década de 1960: “Farinha de mandioca sem solução: continua o movimento local para a majoração do preço da farinha de mandioca, produto básico do município de Araranguá. Estamos à beira de uma crise e o movimento é mais que justo, pois disso depende nosso futuro” (Jornal O Sul, 31 de maio de 1964).

Ao mesmo tempo que dependia exclusivamente da agricultura, percebe-se a falta de especialização da economia local, que não se caracterizou em nenhuma área, conforme pode ser observado a seguir:

A situação é bastante alarmante, pois não é mais possível viver com milhares e milhares de sacos de arroz e mandioca estocados nos paióis. Tomem providências senhores, pois dos agricultores e granjeiros depende o futuro do Vale do Araranguá. Se está provado que somos essencialmente agrícolas, porque senhores, não há uma frente do comércio, da indústria, dos políticos, dos administradores, das entidades de classe em defesa de nossa riqueza?(...) Por que não há crise no Rio Grande? (...) Eles, meus amigos, industrializaram a mandioca, em lugar do dinheiro que não fica no juro, como o nosso.

(Jornal O Sul, 07 de junho de 1964)

Os textos anteriores, já situados na década de 1960, provam a tese de que não houve em Araranguá a diversificação, a ampliação e a consolidação do capital industrial ocorrido em outros lugares do estado. Além disso, a acumulação de capital se deu de forma lenta e pulverizada. Desta forma, não teve a força suficiente para dinamizar a economia e gerar outros desdobramentos da acumulação.

### 3 AS DÉCADAS SEGUINTE

#### 3.1 O Brasil e Santa Catarina

Na esfera nacional, o nacionalismo da Era Vargas é substituído pelo desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, que governou o país de 1956 a 1961. O governo implanta uma política tarifária protecionista, amplia os serviços de infra-estrutura, como transportes e fornecimento de energia elétrica, atraindo grandes investimentos de capital estrangeiro. Com os investimentos externos, estimula a diversificação da economia nacional, aumentando a produção nacional de insumos, máquinas e equipamentos pesados para mecanização agrícola, fabricação de fertilizantes, frigoríficos, transporte ferroviário e construção naval. A industrialização brasileira se consolida com a implantação da indústria de bens de consumo duráveis, sobretudo veículos e eletrodomésticos.

Entre os anos de 1968 e 1974, já sob o comando dos militares, o desenvolvimento acelera-se e vem o “milagre brasileiro”. A disponibilidade externa de capital e a determinação dos governos militares em fazer do Brasil uma “potência emergente” viabilizam pesados investimentos em infra-estrutura (rodovias, ferrovias, telecomunicações, portos, usinas hidrelétricas, usinas nucleares), nas indústrias de base (mineração e siderurgia), de

transformação (papel, cimento, alumínio, produtos químicos, fertilizantes), equipamentos (geradores, sistemas de telefonia, máquinas, motores, turbinas), bens duráveis (veículos e eletrodomésticos) e na agroindústria de alimentos (grãos, carnes, laticínios). Em 1973, a economia brasileira apresenta os seguintes resultados: o Produto Interno Bruto cresce 14% e o setor industrial, 15,8%.

A partir deste período, a crise do petróleo e a alta internacional nos juros desaceleram a expansão industrial. Inicia-se uma crise que leva o Brasil, na década de 1980, ao desequilíbrio da balança de pagamentos ao descontrole inflacionário.

Em Santa Catarina, o padrão de crescimento sofreu profundas alterações a partir de 1962, com os órgãos governamentais passando a pensar a economia catarinense. Neste período surge o novo sistema de crédito, investimentos em energia e transporte e consolida-se o setor eletro-metal-mecânico, liderado pelas médias e grandes indústrias. Segundo Goularti Filho,

A partir das novas bases econômicas montadas pelo Estado pós-62, começam a despontar nacional e internacionalmente os grupos catarinenses que passam a comandar e internalizar com maior intensidade o crescimento industrial no Estado. Portanto, a integração regional catarinense só pode ser entendida a partir das políticas estaduais de desenvolvimento e da articulação nacional e intra-estadual entre os grandes grupos econômicos. (GOULARTI FILHO, 2002, p. 200)

No município de Araranguá, a partir da década de 1960, surgiram outras atividades que iriam contribuir com a economia local. Surgiram fábricas de móveis, as primeiras indústrias do vestuário, atividades no ramo turístico e empresas de máquinas e implementos agrícolas.

### 3.2 A indústria Calçadista

Dentre as atividades surgidas neste período, uma outra atividade econômica é que marca profundamente o quadro econômico do município: a indústria de calçados, que havia surgido em Araranguá já na segunda metade da década de 1950 .

A origem da indústria de calçados no vale do Araranguá está ligada diretamente a dois fatores: a expansão das atividades calçadistas na região do Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul, tendo como centro o município de Novo Hamburgo; e as pequenas atividades artesanais, manufatureiras e comerciais na produção e comercialização de calçados que existiam na região sul do estado desde o início do século, resultado da colonização de origem européia. A



combinação destes dois fatores deu origem à indústria de calçados no sul de Santa Catarina. (GRACIOLLI, 2004.)

Um outro fator que influenciou na instalação de empresas de calçados na região do Vale do Araranguá foi a disponibilidade de uma mão-de-obra mais barata, resultando em economias de até 50% sobre o salário de cada trabalhador, em virtude da mão-de-obra de cidades como Novo Hamburgo estarem mais qualificada, o que não era o caso em Araranguá. (GRACIOLLI, 2004).

Em Araranguá, a primeira fábrica de calçados foi instalada por Leopoldo Marques Petry, que veio de Novo Hamburgo em busca de um novo lugar para recomeçar seu negócio, já que havia desfeito sociedade com seu primo no vale dos Sinos. O objetivo de Petry era encontrar uma cidade onde os custos de produção fossem menores, principalmente com relação aos salários dos trabalhadores. A empresa foi destaque em Araranguá, e de acordo com Goularti Filho,

Nos 15 anos que ficou em Araranguá a L. Marques Petry & Cia Ltda era sem dúvida, a maior fábrica do vale do Araranguá. A produção era toda voltada para o mercado interno, atendido por uma rede de 12 representantes espalhados em todo o território nacional. (GOULARTI, 2002, p.292)

A empresa se manteve em operação no município até 1969. Neste ano, por motivos pessoais e políticos, o proprietário resolveu voltar para Novo Hamburgo, levando toda a estrutura da empresa e inclusive alguns funcionários. Mas este vácuo foi logo ocupado com a instalação de outras empresas que trabalharam durante as próximas décadas, com suas vendas direcionadas inicialmente para o mercado interno e mais tarde, para o mercado externo. Dentro deste processo iniciado nos anos 60, o sul catarinense acabou se transformando num pólo da indústria calçadista.

A partir do final dos anos 1960 e no início dos anos 1970, foram implementadas políticas governamentais que pretendiam substituir a pauta de exportações brasileiras, que era basicamente composta por produtos primários. O objetivo era substituir por produtos manufaturados. Com este intuito, foram concedidos a exportadores e a quem tinha esta pretensão, linhas de crédito e isenções fiscais, o que desencadeou um aumento considerável na exportação de alguns produtos manufaturados, entre eles, os calçados. Dadas estas condições favoráveis, o setor calçadista sul catarinense se volta basicamente para o mercado externo. O Brasil começa neste período a despontar como exportador de calçados, penetrando nos mercados dos Estados Unidos, Canadá, Alemanha, França e Finlândia.

A efetiva transformação do município de Araranguá em um centro calçadista teve como base sua subordinação e dependência ao centro calçadista de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul. Esta condição foi fundamental para as mudanças que iriam ocorrer a partir dos anos 90.

Este vínculo que tornava Araranguá dependente iniciava já na obtenção dos contratos, na aquisição de matéria-prima, na aquisição e manutenção de peças e máquinas utilizadas pelas fábricas aqui instaladas e ainda, na obtenção de mão de obra qualificada. Todos estes fatores acabaram por remeter para o município àqueles contratos de calçados mais rústicos e conseqüentemente, de menor valor. (GRACIOLLI, 2004)

Em termos de inovação tecnológica, no entanto, o setor não conseguiu implantar grandes crescimentos. Isto acabou por reduzir consideravelmente sua competitividade para enfrentar as mudanças que viriam ocorrer nos anos 90.

Já em 1986 houve uma queda considerável no crescimento, quando da implantação do Plano Cruzado. O Plano instituído pelo governo Sarney, tinha como objetivo principal o controle inflacionário. Como instrumentos para alcançar este objetivo, foram tomadas diversas medidas, entre elas, o congelamento do câmbio. Isto acabou prejudicando diretamente as exportações, que acabaram diminuindo consideravelmente.

Embora o objetivo deste estudo esteja limitado até a década de 1980, é importante deixar registrado que, depois deste período, veio a década de 1990 e com ela a abertura comercial desenfreada implantada pelo governo Collor. O mercado nacional foi invadido por produtos estrangeiros e com os calçados não foi diferente. Segundo Graciolli,

A partir dos anos 90, com o mercado mundial e nacional inundado pelos calçados do Sudeste Asiático e da China, ocorreu forte queda nas exportações brasileiras e importantes perdas no mercado interno. É importante ressaltar que, se a crise das exportações de calçados trouxe prejuízo para todo o setor no Brasil, em Araranguá os reflexos desta crise puderam ser mais intensamente sentidos, pois a concorrência com a indústria asiática foi mais direta no segmento de calçados populares, produtos específicos da indústria calçadista local. (GRACIOLLI, 2004, p. 18)

No caso do segmento de calçados sofisticados, com acabamento mais elaborado, as regiões de Novo Hamburgo (RS) e Franca (SP) ainda conseguem se destacar entre os pólos calçadistas, ao contrário do que ocorreu e ainda ocorre em Araranguá, onde os produtos são mais rústicos e mais populares e desta maneira, acabam não sendo referência no setor.

Aos poucos, a indústria calçadista foi deixando de ter a importância econômica que havia tido nas décadas de 1970 e 1980, sofrendo um impacto considerável, reduzindo drasticamente o número de empregos gerados, os investimentos realizados, o retorno do capital aplicado pelos empresários, e conseqüentemente, provocando uma desaceleração na economia araranguaense, que até hoje, responde por tais reflexos.

Portanto, ao analisarmos os aspectos que fizeram com que a indústria calçadista entrasse em crise, veremos que a dependência do setor em relação ao complexo calçadista de Novo Hamburgo impediu que a inovação tecnológica pudesse entrar em um processo capaz de catalisar um novo direcionamento da economia do município frente aos impactos ocasionados pela economia mundial e em particular, frente aos novos padrões de competitividade estabelecidos pela globalização.

Percebe-se então, que o pólo calçadista do Vale do Araranguá correspondia a um elo da cadeia produtiva de Novo Hamburgo, conforme definiu Goularti Filho (2002). E como ocorre na maioria dos casos, quando um elo torna-se desnecessário ou incômodo à cadeia, ele logo é descartado para que a cadeia continue a ser produtiva.

Novamente percebe-se aqui a falta de comando de um determinado setor na condução da economia de um município ou região. Fica claro que a dependência do setor em relação ao complexo calçadista de Novo Hamburgo impediu que houvesse um comando como ocorreu em outros municípios: Criciúma, com o setor carbonífero; Joinville, com o setor metal-mecânico; Blumenau, com a indústria têxtil. Com tamanha vulnerabilidade, era questão de tempo até que fatores diversos jogassem por água abaixo um projeto real de crescimento.

### 3.3 Dados estatísticos e outras atividades

A tabela a seguir refere-se a estatísticas coletadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dão informações a respeito das atividades industriais no município de Araranguá, de acordo com censos industriais dos respectivos anos. Para melhor compreensão destes dados, deve-se levar em consideração que o IBGE dividia o estado em microrregiões, sendo que Araranguá estava inserida na região denominada “Litoral Sul Catarinense”, junto com os seguintes municípios: Içara, Jaguaruna, Maracajá, São João do Sul e Sombrio.

Gêneros da Indústria	Número de Estabelecimentos					Trabalhadores do setor					Valor da produção <sup>2</sup>				
	1960	1965	1970	1975	1980	1960 <sup>1</sup>	1965 <sup>1</sup>	1970	1975	1980	1960 <sup>1</sup>	1965 <sup>1</sup>	1970	1975	1980
Extração de minerais	-	-	-	4	-	-	-	-	9	-	-	-	-	352	-
Minerais não metálicos	17	18	16	12	18	-	-	48	70	-	-	-	350	1.870	26.555
Metalúrgica	1	1	2	3	6	-	-	-	14	29	-	-	-	361	9.021
Mecânica	-	1	1	3	12	-	-	-	66	69	-	-	-	7.238	63.537
Material elétrico e comunicações	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material de Transporte	2	2	3	5	5	-	-	12	26	60	-	-	172	1.237	17.719
Madeira	15	15	14	16	24	-	-	52	88	117	-	-	606	3.992	28.868
Mobiliário	6	6	12	8	9	-	-	79	84	117	-	-	1.032	4.267	22.449
Papel/papelão	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Borracha	-	-	2	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Couros/peles e similares	1	1	5	1	2	-	-	16	-	-	-	-	78	-	-
Têxtil	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	5	6	11	13	18	-	-	90	164	494	-	-	570	8.322	91.627
Produtos alimentares	26	57	73	37	78	-	-	211	310	301	-	-	14.920	100.487	71.831
Bebidas	2	1	6	-	-	-	-	-	.	-	-	-	31	-	-
Fumo	-	-	-	1	1	-	-	-	.	-	-	-	-	-	-
Editorial e gráfica	2	2	2	2	3	-	-	-	.	33	-	-	-	-	6.719
Diversas	1	-	-	3	4	-	-	-	6	1	-	-	-	406	-
Totais	81	113	150	113	185	456	493	569	934	1.448	163.798	943.711	18.950	140.844	862.153

A tabela construída anteriormente caracteriza a síntese da estrutura industrial araranguense. Do total de estabelecimentos industriais existentes em Araranguá nos referidos anos de realização dos Censos Industriais, destacam-se os índices de estabelecimentos no ramo de Produtos alimentares, ou seja, leia-se aqui engenhos de farinha de mandioca, fécula e farinha de trigo. Mais uma vez comprova-se a tendência industrial de Araranguá: a economia voltada às atividades ligadas à agricultura.

Outra característica que é confirmada pelos índices apresentados é a estrutura dos ramos industriais em termos de trabalhadores. Comprova-se que em todos os ramos observados, é pequeno o número de trabalhadores em relação ao número de estabelecimentos existentes. Ou seja, não haviam empresas grandes ou de médio porte que proporcionassem a geração de um grande número de empregos, o que conseqüentemente, reduzia a capacidade da economia de se multiplicar.

O Censo Econômico de 1985 realizado pelo IBGE possuía características diferentes, já que analisava os setores industrial, comercial e de serviços separadamente. Talvez por este motivo haja aí também uma contradição com relação ao número de estabelecimentos que o próprio Instituto utilizou para confronto de informações. Como se pode perceber na tabela acima, o IBGE havia apurado em Araranguá no ano de 1980, a existência de 182 estabelecimentos industriais. No entanto, ao elaborar a tabela de confronto de variáveis selecionadas do censo industrial de 1980 e 1985, surgem os dados abaixo:

TABELA 4

Confronto de variáveis selecionadas do Censo Econômico de 1980 e 1985

Ano	Quantidade de estabelecimentos	
	Industriais	Comerciais
1980	142	259
1985	137	318

Fonte: IBGE, Censos Econômicos, 1980-1985.

Percebe-se que em relação ao ano de 1980, a estatística apontava a existência de 182 estabelecimentos industriais e na segunda tabela, elaborada em 1985, a informação é de que em 1980 haviam 142 estabelecimentos industriais. Ressalvada a divergência existente, muito

provavelmente em função dos métodos de pesquisa utilizados pelo Instituto, o mais importante é perceber que houve uma redução no número de estabelecimento industriais, passando de 142 para 137 em um período de 05 anos. Ou seja, houve uma redução industrial, enquanto no comércio houve uma evolução no número de estabelecimentos existentes, passando de 259 em 1980 para 318 em 1985. É a confirmação do direcionamento econômico de Araranguá. Fraco desempenho industrial e crescente nível de atuação no comércio e na agricultura.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrar esta análise, conclui-se que alguns fatores foram determinantes para explicar os motivos do fraco desempenho do setor industrial de Araranguá, a saber:

1) A falta de comando – em Araranguá não houve um setor industrial forte, que estivesse puxando os rumos do crescimento, planejando, organizando a produção e incentivando outros setores que poderiam também contribuir com a economia local. A comparação com outros municípios é inevitável quando se fala da falta de comando. Municípios que têm níveis de produção industrial mais significativos como Joinville no setor metal-mecânico, Blumenau no setor têxtil, Criciúma no setor carbonífero, são exemplos de municípios que tiveram um setor que impulsionou a economia como um todo.

2) A acumulação lenta e pulverizada – ao longo dos tempos as atividades que surgiram na economia araranguense não tiveram as características necessárias para reproduzir uma acumulação forte e dinâmica. Com um baixo nível tecnológico, não produziram o excedente econômico necessário para promover o desdobramento da acumulação, que se torna fundamental para provocar um efeito multiplicador considerável. Sem uma reprodução ampliada do capital, não houve um fortalecimento da base industrial.

3) Falta de articulação e integração produtiva – seguramente podemos perceber que a ausência de articulação e integração do município com outros municípios e outras regiões, foi fator decisivo para determinar o fraco desempenho municipal em termos industriais. Araranguá voltou-se apenas para a sua hinterland, mantendo as relações produtivas e comerciais apenas com os municípios mais próximos, na sua região.

Aliados um ao outro, os fatores acima estruturaram as atuais circunstâncias da economia araranguense, determinando o fraco desempenho industrial do município.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARAN, Paul Alexander. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 263 p.

BERTONCINI, Zélia Virgínia Hennemann. **A importância da mandioca no surgimento de Araranguá**. Criciúma: FUCRI, 1987. 23 p. (Dissertação de Pós-Graduação)

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV - XVIII**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas: Unicamp, 1998. 322 p.

CAROLA, Renato Carlos. **Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002. 263 p.

COLODEL, João. **Turvo, terra e gente**. Turvo: FCC Edições, 1987. 120 p.

DALL'ALBA, Joao Leonir. **Histórias do grande Araranguá**. Araranguá: Gráfica Orion Editora, 1997. 519 p.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 3ª ed. 2001. 913 p.

FURTADO, Celso. **Análise do 'modelo' brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 5ª ed. 1975. 122 p.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Brasília: UnB, 1963. 293 p.

GOULARTI FILHO, Alcides. **As origens e a diversificação do parque industrial sul-catarinense**. Criciúma: Revista Tecnologia e Ambiente, 1996. (Artigo)

(\_\_\_\_\_). **Ensaio sobre a economia sul-catarinense II**. Criciúma, Unesc, 2005. 169 p.

(\_\_\_\_\_). **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. 500 p.

GRACIOLLI, Priscila. **Reestruturação produtiva e estratégias tecnológicas do setor de calçados na cidade de Araranguá**. Criciúma: Unesc, 2004. (Monografia de Graduação)

GURVITCH, Georges. **As classes sociais**. São Paulo: Global, 1982. 203 p.

HOBOLD, Paulo. **A história de Araranguá**, complementada e atualizada por Alexandre Rocha. Araranguá: Orion, 2005. 311 p.

(\_\_\_\_\_). **A história de Araranguá**. Araranguá, Palmarinca, 1994. 255 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Industriais**. 1940-1985.

(\_\_\_\_\_). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

(\_\_\_\_\_). **Censos Econômicos**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940-1985.

Jornal Campinas, diversos exemplares (1930-1945).

Jornal o Sul, diversos exemplares (1948-1971).

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1992. 328 p.



MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

MARX, Karl. **Contribuição a crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983, 351 p.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 9ª ed. 1994. 182 p.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 390 p.

RAMPINELLI, Renato Casagrande. **Os primeiros anos da estrada de ferro Dona Tereza Cristina, construção e expansão dos ramais 1870-1923**. Criciúma: Unesc, 2004. (Monografia de Graduação)

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 476 p.

ROCHA et al. **A economia de Araranguá**. Araranguá, Unisul, 2004. (Artigo)

SAVI, Hilário. **Timbé do Sul: um pouco de sua história**. Timbé do Sul, Paralelo 27, 1992. 120 p.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1998. 206 p.

(\_\_\_\_\_). **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 10ª ed., 1982. 263 p.

[www.ararangua.net](http://www.ararangua.net), acessado em 10 de julho de 2006, em 07 de setembro de 2006, em 10 de novembro de 2006.